

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP

Class.: 02

Data: 07/06/94

Pg.: _____

JOSÉ GOLDEMBERG

O reflorestamento e as mudanças climáticas

Podem-se criticar duramente muitas das iniciativas dos governos militares do período 1964-1984, mas não se pode dizer que não tenham tentado tudo (ou quase tudo) para resolver problemas nacionais. Algumas das iniciativas foram até bastante originais, entre as quais a de encorajar a iniciativa privada a investir em reflorestamento.

A forma como isso foi feito é a dos incentivos fiscais: em lugar de recolher o Imposto de Renda devido aos cofres da União, as empresas podiam deduzir até 50% e investi-los em programas de reflorestamento. A finalidade do programa, na ocasião, era a de plantar principalmente "eucaliptus" e "pinus" para papel e celulose, ou madeira para móveis e outros fins industriais.

Com isso surgiram centenas de empresas que captavam os incentivos fiscais e passaram a reflorestar em diversas regiões do País.

No processo, grande quanti-



O País poderá ser um dos beneficiários de eventuais programas internacionais

dade de recursos foi desviada para outros fins ou usada para iniciar o reflorestamento (após o recebimento dos incentivos) e abandoná-lo logo depois, porque nem todas as empresas se revelaram honestas e competentes. Um balanço superficial do programa indica que foram aprovados incentivos para reflorestar cerca de 5 milhões de hectares e que apenas 3,5 milhões de hectares foram efetivamente plantados, muitos deles em regiões tão distantes que não se prestam para o uso nas áreas que necessitam de madeira. Cerca de US\$ 2 bilhões de incentivos fiscais foram aplicados nessa atividade no período 1975-1985, no qual ela se concentrou.

Os incentivos fiscais para o reflorestamento foram extintos em 1988, mas, mesmo antes disso, ele era uma atividade em declínio, devido à duvidosa reputação do órgão implementador: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Incentivos fiscais, em geral, ganharam mau nome por causa das distorções que ocorreram no seu uso, a mais gritante das quais foi a sua utilização para promover o desmatamento da Amazônia. Também eles foram extintos em 1988.

Em retrospecto, contudo, o reflorestamento foi uma atividade muito interessante, que nos dias atuais passou a ser considerada uma das soluções para um problema que afeta tanto nações em desenvolvimento como nações industrializadas: as emissões de carbono (dióxido de carbono), resultantes da queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás. Estas emissões vão acabar por provocar o aquecimento da Terra e sérias mudanças climáticas.

A solução mais óbvia para resolver o problema é diminuir as emissões, mas as populações de países ricos e pobres não parecem, dispostas, ainda, a mudar seus padrões de consumo por causa do aquecimento da Terra.

Outra opção é recapturar o dióxido de carbono da atmosfera. Isto é o que a fotossíntese e as árvores fazem ao crescer, tornando-se reservatórios de carbono.

Cogita-se, seriamente, em vários países industrializados, de

promover o reflorestamento em grande escala para contrabalançar os efeitos negativos das emissões de carbono e, entre outros, foram propostos programas de 12 milhões de hectares por ano. Atualmente, no mundo todo, reflorestam-se, por ano, cerca de 2,5 milhões de hectares, o que é pouco diante da necessidade de evitar mudanças climáticas, mas ainda assim é significativo.

Mais ainda, cogita-se de criar agências internacionais que financiem, em termos atrativos, o reflorestamento, já que o retorno de investimentos nessa área só ocorre a médio e longo prazos. A possibilidade de obter recursos a fundo perdido sob a forma de doações não é também uma hipótese a excluir.

Sob este ponto de vista, o que foi feito no Brasil no período 1975-1985 com o Programa de Reflorestamento foi uma experiência pioneira que poderá ser retomada em nível internacional. O Brasil, com imensas áreas degradadas devido ao desmatamento, poderá ser um dos beneficiários dos programas internacionais se e quando eles foram postos em prática.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação